

6

6

DEZEMBRO 1980

CADERNOS

DCP

DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIA POLÍTICA

FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CADERNOS DCP

CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

DEZEMBRO 1980

Nº 6

Sumário

ARTIGOS:

ESTRUTURA AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	1
Bernardo Sorj	
AUTORITARISMO, INTERVENCIONISMO ESTATAL E CONTROLE DO EXECUTIVO	15
Fábio Wanderley Reis	
FRANCISCO CAMPOS, ONTEM E HOJE: Reflexões sobre o autoritaris- mo brasileiro	33
Jarbas Medeiros	
CLASSES SOCIAIS, ESTRUTURA DE PODER E COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO SUL DO BRASIL	53
Odacir Luiz Coradini	
ORA PÍLULAS – UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO BRASIL	77
Marcos A. E. L. S. Coimbra	
ESTRUTURA AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	95
Malori José Pompermayer	

ESCREVEM NESTE NÚMERO:

BERNARDO SORJ, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor em Sociologia pela Universidade de Manchester

FÁBIO WANDERLEY REIS, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor e, Ciência Política pela Universidade de Harvard.

JARBAS MEDEIROS, professor do Departamento de Ciência Política, concluindo doutorado pela École Pratique des Hautes Études.

ODACIR LUIZ CORADINI, professor da Faculdade de Ciências Sociais de Ijuí, Mestre pelo Departamento de Ciência Política da UFMG.

MARCOS ANTÔNIO E.L. DE SALVO COIMBRA, professor do Departamento de Ciência Política, Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília-DF

MALORI JOSÉ POMPERMAYER, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford.

☆

As opiniões emitidas em artigos e comentários assinados são de responsabilidade dos respectivos autores.

☆

Endereço para correspondência:

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
Rua Carangola 288, 3º andar
30.000 – Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil

**ESTRUTURA AGRÁRIA E REFORMA
AGRÁRIA NO BRASIL¹**

Bernardo Sorj

AS FALSAS DISJUNTIVAS

Dentro da diversidade de posições que se confrontam na análise da estrutura agrária brasileira, permanece uma característica comum: a afirmação da existência de processos unilineares unívocos na transformação (ou manutenção) da atual estrutura agrária.

Assim, para aqueles que apontam a uma penetração crescente do capitalismo na agricultura, a tendência predominante visualizada é a desintegração das formas não capitalistas de produção e sua substituição por um proletariado e uma burguesia rural. Para outros, a manutenção da estrutura fundiária atua como uma barreira à penetração do capital, de forma que continuam predominantes na agricultura as relações de produção não capitalistas. Estas posições se apresentam por vezes com certas sofisticadas, sendo que alguns defensores da tese da capitalização da agricultura reconhecem que se trata de um processo lento, enquanto que os autores que afirmam a predominância da agricultura atrasada reconhecem a existência limitada de processos de modernização.

- 1) Uma versão preliminar e não revista deste artigo apareceu na Revista de Cultura e Política o que nos decidiu pela sua republicação. Procuramos neste trabalho sintetizar alguns dos resultados de uma pesquisa sobre a agricultura brasileira realizada com o apoio da Fundação Ford. A versão em inglês deste artigo, apareceu na *Latin American Perspectives*, Vol. VII, nº 1, 1980.

As posições anteriormente enumeradas, por sua vez se refletem em posições políticas polarizadas: a questão agrária constituiria um problema específico a ser resolvido pela reforma agrária ou, pelo contrário, se trataria de um problema superado, deixando de existir uma problemática agrária com características próprias.

Consideramos, em contraposição a estas análises, que se bem existe uma penetração crescente do capitalismo na agricultura, esta penetração no lugar de determinar a extinção das formas de produção familiar, gera conjuntamente com empresas capitalistas um campesinato pauperizado, com características de exército de reserva dada a sua importância decrescente como abastecedor de alimentos. Por sua vez, o setor capitalista inclui, tanto empresas onde reinam as relações de produção capitalistas como unidades de produção altamente capitalizadas que praticamente não utilizam trabalho assalariado.

TENDÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE CLASSES NA AGRICULTURA BRASILEIRA

A agricultura tradicional tem sido no Brasil, até período recente, a fonte mais importante de abastecimento do mercado interno. Entretanto, especialmente a partir da última década, a agricultura tem sofrido profundas modificações com o enorme impulso recebido pela agroindústria, através dos Incentivos do Estado.

Entre os processos desencadeados pela agroindústria, onde o capital estrangeiro possui uma importância central, podemos mencionar:

- 1) Penetração de tecnologia moderna na produção, pela expansão do parque industrial de insumos e maquinárias agrícolas¹;
- 2) Crescimento e diversificação da indústria de alimento, exigindo uma oferta estável e de qualidade²;
- 3) Crescimento e concentração das redes de comercialização de alimentos, especialmente supermercados, que exigem igualmente uma oferta estável e de qualidade, que os produtores tradicionais geralmente não estão em condições de atender.

1) A produção nacional de fertilizantes passou de 20.361 em 1970 a 22.000 toneladas de nutrientes em 1977. O número de tratores em uso passou de 61.345 em

1960 a 331.500 em 1975, pela expansão da indústria nacional.

2) Em muitos casos a indústria assegura seu próprio abastecimento fixos com produtores, ou produzindo ela mesma os produtos.

- 4) Expansão e diversificação das exportações, com exigências do mesmo tipo que nos casos anteriores³.

A estes processos deve se agregar a pressão crescente por produtos alimentícios básicos, seja pelo aumento da demanda urbana, seja pela pressão sobre o setor produtor para o mercado interno por parte da agricultura de exportação, a qual tem sido permanentemente incentivada em função da crescente necessidade de divisas.

A transformação da agricultura pelo complexo agroindustrial estaria conformando no Brasil uma estrutura agrária a imagem dos países desenvolvidos, onde convivem uma ampla camada de empresas familiares capitalizadas com grandes empresas capitalistas? Só parcialmente, na medida em que uma grande massa de camponeses se matém na agricultura, dada a existência de alternativas de emprego no setor urbano-industrial. Contudo, dada a importância crescente da produção capitalizada, este setor de camponeses pauperizados, localizados geralmente em terras marginais, tende a ter sua importância econômica diminuída.

Este fenômeno fica mais claro se o contrapormos ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo central. Nestes países, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura determinou a redução absoluta e relativa da quantidade de força de trabalho empregado na agricultura, e em muitos casos à diminuição da quantidade de terras utilizadas, na medida em que os investimentos em novas técnicas se concentram nas terras de maior renda diferencial. No Brasil, da mesma forma, temos que em certas regiões mais desenvolvidas tem diminuído a importância absoluta e relativa da população rural, e terras antigamente devotadas a lavoura, foram transformadas em pastagens¹.

- 3) Um dos setores industriais que mais tem crescido a partir de 1960, tem sido os semi-manufaturados de origem agropecuária.

1) São Paulo é o Estado que mais se aproxima a esta situação, já que sendo o maior produtor agrícola do Brasil, somente 10% de sua população se dedica a atividades agrícolas.

Entretanto, especialmente nas regiões com baixa industrialização, a falta de alternativas de emprego no setor urbano determina que parte da população, que em outras circunstâncias teria abandonado a produção agrícola, permaneça dentro dela. Esta população inclui, tanto pequenos proprietários como parceiros ou arrendatários incapazes de capitalizar as suas empresas, o que em muitos casos se aconselha a bolsões de força de trabalho desempregada, capaz de gerar sua própria subsistência. É na região de fronteira onde a produção do campesinato tradicional ainda tem certa importância para o conjunto da oferta de alimentos, dada a alta fertilidade natural dessas terras.

Uma das conseqüências fundamentais deste processo é que a crescente relevância do setor agrário capitalizado (seja de pequenas ou grandes empresas) não se reflete quantitativamente em termos da absorção de mão-de-obra. Enquanto que o desenvolvimento da produção capitalista na agricultura determina a diminuição da população rural, não tem sido este o caso brasileiro, dado os fatores mencionados anteriormente. Assim, a população rural brasileira não só tem aumentado permanentemente nas últimas décadas, se bem que as taxas menores que a população urbana, como também as projeções demográficas prognosticam a continuação deste crescimento, como mostra a tabela 1.

TABELA 1
POPULAÇÃO RURAL REGIONAL
REGIÃO POPULAÇÃO (1.000 HAB.)

REGIÃO	1970	1975	1980	1985	1990	1995
Norte	1.963	2.151	2.348	2.556	2.762	2.960
Nordeste	16.342	17.359	18.360	19.212	19.818	20.136
Sudeste	10.812	9.505	8.168	6.882	5.681	4.608
Sul	9.139	10.180	11.435	12.902	14.495	16.281
C. Oeste	2.635	2.982	3.328	3.650	3.928	4.151
Brasil	40.891	42.177	43.648	45.201	46.684	48.136

FONTE: Censo de 1970 e Projeções da Suplan, in Projeções Demográficas, Suplan, Brasília, 1975, p. 21.

Se por um lado, são claras as perspectivas de manutenção de um campesinato tradicional pauperizado, por outro a capitalização crescente da agricultura não implica num aumento substancial das relações de produção capitalista. Pelo contrário, em certas regiões a crescente capitalização das empresas foi acompanhada de uma diminuição do tamanho das grandes propriedades e da quantidade de trabalhadores assalariados ocupados.

É o caso, por exemplo, da região de Ijuí, no Rio Grande do Sul, onde estão localizadas as maiores cooperativas de produção de soja e trigo¹. Em muitos Estados em que pré-existiam grande quantidade de empresas que se utilizavam de trabalho assalariado — se bem que pouco capitalizadas — a mecanização pode levar a diminuir a quantidade absoluta de força de trabalho assalariado empregada. Assim, o Estado de São Paulo que apresenta um dos mais altos índices de desenvolvimento capitalista na agricultura, com a presença de grandes empresas agrícolas, o número de trabalhadores assalariados empregados não tem apresentado maiores modificações nos últimos quinze anos².

Se bem que o processo de transformação da estrutura de classes na agricultura brasileira tem sua unidade na expansão e integração da agricultura no complexo agro-industrial, este determina, dadas as condições globais da economia, a manutenção e mesmo o incremento de produtores “tradicionais”. Se correlacionamos as diferentes regiões do Brasil com índices de desenvolvimento capitalista, veremos como as tendências apontadas não dependem basicamente da estrutura de propriedade fundiária. De fato, o desejo de demonstrar a eficiente utilização dos recursos por parte dos pequenos produtores e o desperdício de terras por parte dos grandes latifundiários, tem cegado muitos analistas da realidade agrária brasileira em relação às recentes transformações da estrutura de classes na agricultura.

Assim, por exemplo, tanto o Estado de São Paulo como o do Rio Grande do Sul, apresentam um dos maiores índices de desenvolvimento capitalista, enquanto que o primeiro trata-se de um dos Estados com maior concentração fundiária e o segundo, encontra-se entre os de menor concentração.

- 1) Corandini, L. “A produção de Soja e Trigo no Brasil: o Caso da Cotrijui”, Tese de Mestrado, Departamento de Ciência Política, U.F.M.G. 1979.
- 2) Cf. Toscano, G. “Composição da População ocupada no Setor Agrícola do Estado de São Paulo”, in *Política Agrícola e Agroicultura* de Baixa Renda, Universidade Federal de Viçosa, Vol. 11, 1977.

REGIÕES E FORMAÇÃO DE CLASSES

Nós utilizaremos, fundamentalmente, dos dados publicados para 1970 e 1972¹. apesar de que deixam praticamente de lado o importante surto de modernização da agricultura ocorrido na última década. Sem embargo, os dados parciais já publicados indicam que as tendências assinaladas a seguir não se modificaram, pelo contrário, se aprofundou o desenvolvimento desigual entre as diferentes classes e estratos na agricultura expressado a nível de desigualdades regionais².

A diferente concentração das empresas com processos mais avançados de produção entre as diferentes regiões do país, aparece claramente nos seguintes dados:

- 1) Enquanto que no Norte e no Nordeste predominam os estabelecimentos que usam exclusivamente força de trabalho humana na atividade agrícola, das 14 micro-regiões em que menos de 9% dos estabelecimentos só utilizam força de trabalho humana, 11 se encontram no Rio Grande do Sul e 3 em São Paulo.
- 2) Do total de trabalhadores qualificados na agricultura, 75% se concentra em São Paulo e nos Estados do Sul.
- 3) As micro-regiões com menos valor incorporado por hectare (inferior a 300), inclui praticamente todo o Norte, Nordeste e Centro Oeste, enquanto que no Centro Sul do país tende a superar essa quantia.
- 4) 81% do total dos arados se encontram em São Paulo e nos Estados do Sul.
- 5) 90% dos veículos de tração animal se concentram em São Paulo e no Sul do país, enquanto que só São Paulo e Rio Grande do Sul possuem 70% dos veículos de tração mecânica.
- 6) O Norte e Nordeste, só consomem 9.5% do total de fertilizantes, sendo que o número de estabelecimentos que utilizam algum tipo de fertilizante é inferior a 20%.

Se estes valores mostram claramente os diferentes ritmos de desenvolvimento regional, refletido no baixo valor da produção por área explorada

- 1) Nos referimos ao censo agropecuário do FIBGE de 1970 e o Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, de 1972. A elaboração destes levantamentos foi feita pela SERPRO: *Zonamento Agrário*, Rio, 1977. Os dados utilizados a continuação, salvo indicação contrária, provêm desta fonte.
- 2) Obviamente estas desigualdades se reproduzem no plano interno dentro das diferentes regiões.

nas micro-regiões do Norte e Nordeste, a expansão das formas de produção moderna não está centrada, como alguns analistas acham, na grande empresa capitalista. Senão, vejamos:

- 1) 80% dos estabelecimentos que usam fertilizantes têm área inferior a 50ha.
- 2) Enquanto que na região Sul, onde a agricultura apresenta altos índices de tecnificação, em 17 micro-regiões nem sequer 1% dos imóveis tem assalariados permanentes. (Nenhuma das 10 micro-regiões que apresentam maior percentagem de assalariados permanentes se encontram no Sul).
- 3) Do total de veículos de tração mecânica, 60% se encontram em imóveis com menos de 100ha.

A correlação entre estrutura fundiária e transformação da agricultura no Brasil, aparece mais claramente no quadro seguinte:

DESENVOLVIMENTO ¹	CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA (MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS)			
	Muito Elevada	Grande	Média	Regular
Insuficiente	12	22	17	01
Pequeno	22	26	57	32
Médio	13	34	32	20
Grande	20	27	09	16

FONTE: SERPRO, p. 90A

Esta tabela mostra, claramente, a não existência de uma relação unívoca entre concentração fundiária e desenvolvimento capitalista. Assim, muitos latifúndios se modernizam transformando-se em modernas empresas capitalistas, como outros latifúndios se estagnam ou retrocedem, processo que se expressa geralmente numa pecuarização extensiva ou na ocupação destes latifúndios por camponeses pauperizados. Processo parecido, acontece com pequenas e médias propriedades fundiárias. Assim, o Esta-

- 1) O desenvolvimento é medido em termos de índices que expressam o grau de avanço das forças produtivas e condições sociais do empreendimento.

do com maior quantidade de "minifúndios", o Rio Grande do Sul, onde 354.846 imóveis possuem menos de 50ha, apresenta um dos mais altos índices de uso de tratores e fertilizantes, o que indica claramente as limitações de tipologias baseadas na extensão da propriedade rural.

No seu conjunto, as empresas capitalizadas se concentram no Centro-Sul e Sul do país, embora seja relativamente predominante no Estado de São Paulo a grande empresa capitalista baseada no trabalho assalariado e no Sul a empresa "neo-camponesa", isto é, baseada no trabalho familiar, capitalizada.

Em forma *simplificada* podemos definir três grandes regiões em termos de desenvolvimento capitalista no Brasil: a primeira, tendencialmente capitalista, predominante no Centro Sul e Sul do país; a segunda, a agrícola, com grande parte das forças produtivas estagnadas, no Nordeste; enquanto que a terceira, ainda com caráter híbrido, de campesinato e grande empresa, predominante na região de fronteira, no Norte e Centro Oeste. Obviamente, estas diversas regiões estão articuladas entre si, e a forma de existência de cada uma se explica pela dinâmica do conjunto.

Estas características se referem à predominâncias já que não se podem esquecer os importantes desenvolvimentos desiguais a nível intra-regional. Por exemplo, no Estado da Bahia convive uma agricultura pouco desenvolvida com regiões como a cacaueteira, onde se dão altos índices de desenvolvimento capitalista. A regionalização, contudo, será importante na análise das perspectivas de uma reforma agrária e, em geral, na análise dos possíveis movimentos sociais que emergem no campo.

ALIANÇAS DE CLASSES E REFORMA AGRÁRIA

Não obstante terem jogado um papel central na mobilização das classes dominantes que levará a derrocada do regime populista, os grupos latifundiários passaram a um segundo plano no bloco do poder que assumira a direção do Estado em 1964.

Durante os diferentes governos militares, foram aprovadas várias leis que visam a realização de uma reforma agrária, porém, estas nunca foram levadas à prática. As razões que frustraram estes projetos de distribuição limitada de terras ainda não estão claras. Se por um lado não se pode considerar as propostas de reforma agrária como simples mistificação, também é difícil de acreditar que os grupos latifundiários tradicionais tinham força suficiente para obstaculizar os objetivos do governo. Possivelmente, a reforma agrária não tinha apoio suficiente dentro da própria burguesia industrial-fi-

nanceira, nem existiam condições ideológicas ou políticas para promover uma reforma agrária.

A crescente importância do setor de empresas agrícolas capitalizadas e do setor agro-industrial, enfraquece a posição relativa dos grupos latifundiários tradicionais, que vão perdendo sua "função histórica" de regulador do mercado de trabalho e de produtor para o mercado interno, e fortalece a tendência à políticas seletivas para o setor agrário. Finalmente, a própria crise política do regime recoloca o problema herdado do populismo: como integrar as massas rurais no estado burguês, até onde as estruturas tradicionais de dominação podem servir como base de sustentação do governo?

Se uma reforma agrária não se justifica pelas necessidades de expansão do capitalismo no Brasil, o que poderia levar a uma política, por parte das classes dominantes, de distribuição de terras no país? O que parece ser plausível, é que determinados setores possam propor uma reforma agrária mais ou menos restrita, não para desenvolver a agricultura, mas para gerar uma massa de apoio social e, ao mesmo tempo, aparecer frente a setores da população como um regime preocupado com a justiça social.

A inexistência de condições históricas para uma reforma agrária no seu sentido original, isto é, como instrumento de transformação capitalista no campo, não anula a existência de um outro sentido que poderia resolver o problema imediato de parte da população rural, a qual transformar-se-ia por sua vez em uma massa de apoio ao governo "reformista" e, o que possivelmente seja ainda importante, permitirá a esse governo apresentar-se como progressista e se legitimar frente a amplos setores que continuam achando a reforma agrária como medida fundamental para avançar a justiça social no Brasil.

O maior entrave a este tipo de reforma agrária, é a dificuldade de implementá-la de maneira limitada ou setorial, uma vez que processos desta natureza desencadeiam amplas modificações e difundem aspirações distributivas além das regiões demarcadas¹. Portanto, qualquer tentativa de reforma agrária restrita, será acompanhada pela ação de um aparelho repressivo e pela criação de órgãos corporativos visando controlá-la dentro dos limites da atual estrutura de acumulação e dominação.

Neste sentido, a análise anterior sobre predominância de formas de produção em regiões diferentes adquire relevância, na medida que permite indicar a existência de regiões mais atrasadas, adequadas para a reforma agrá-

1) Um dos limites fundamentais que teria uma reforma agrária burguesa, seria a de atingir um número relativamente limitado de camponeses de forma a não gerar problemas de oferta de emprego para o setor urbano-industrial.

ria que poderiam ser relativamente isoláveis. Assim, tanto o Nordeste como o Norte, se apresentam como locus possível deste tipo de reforma agrária, apesar que uma reforma agrária teria importante oposição de grupos do centro-sul que ligaram seus interesses a outras regiões através da compra de imensas quantidades de terras². O campesinato pauperizado constitui no seu conjunto, uma população potencial para uma reforma agrária que poderia ser alocada nas terras dos latifúndios tradicionais.

Sendo que uma parte considerável da produção agrícola no Brasil, já funciona baseada na mecanização e insumos modernos, estas novas empresas geradas pela reforma agrária produzindo em terra marginais, seria incapaz de se capitalizar. Em vez de dar origem a um processo interno de diferenciação entre capitalistas e proletários ou de empresas familiares capitalizadas, o setor reformado institucionalizaria a existência de um imenso depósito de pequenos produtores, que com o crescimento demográfico entraria num rápido processo de deterioração interna.

O destino das reformas agrárias latino-americanas exemplificam dramaticamente o nosso argumento. Apesar de muitas delas terem surgido como expressão duma aliança entre o campesinato e a burguesia industrial (eventualmente com o apoio do proletariado), o capitalismo na agricultura destes países tem se expandido, particularmente nas regiões não alcançadas pela reforma agrária.

Assim, no México, a reforma agrária tem se concentrado no sul, enquanto o grande desenvolvimento capitalista da produção agrícola tem se dado no Norte. Na Bolívia, a reforma agrária tem ocorrido fundamentalmente no Ocidente e o desenvolvimento capitalista no Oriente. No Peru, a reforma agrária não tem modificado a produção na "sierra" onde se deu a maior distribuição de terras, e onde se apresenta o maior problema de pobreza rural.

As grandes mobilizações que geralmente precederam a essas reformas agrárias e a própria liquidação dos "caciques" locais tem significado para as massas rurais, a aquisição de um nível de consciência de direitos e de pertencer à comunidade nacional, que anteriormente não possuíam. Mas igualmente, essas conquistas foram manipuladas pelas classes dominantes na consolidação duma nova forma de dominação, na qual o campesinato passa a atuar como classe suporte e a reforma agrária a servir na legitimação do regime.

2) A instalação de grandes projetos agro-industriais na região amazônica determina em forma crescente a inviabilidade de uma reforma agrária sistemática nesta região.

A possibilidade de uma reforma restrita, está presente nas preocupações da tecnoburocracia estatal brasileira. Com o incremento do desemprego urbano e a pauperização dos camponeses como fontes de instabilidade política, membros prominentes de organismos governamentais ligados ao setor agrário, assim como organismos internacionais vêm assinalando a necessidade de uma política especial para o que eufemisticamente se domina "agricultura de baixa renda".

Não é esta a saída, a reforma setorial, porém, que parece se afirmar hoje no Brasil. A política, atualmente dominante para as regiões atrasadas, particularmente o Nordeste, é a do fortalecimento de uma camada de pequenos e médios produtores com apoio sistemático de serviços e créditos. Esta política foi até recentemente em grande parte frustrada pela imposição dos interesses dos grandes proprietários, embora tenha sido tentada primeiro com o Proterra, e posteriormente com o Polonordeste, este último com apoio ativo do Banco Mundial.

O fortalecimento de uma camada de camponeses (necessariamente pequena dada a relação entre oferta de terra, número de minifundistas, "pacote tecnológico" e recursos oferecidos) é de fato uma tendência dominante em vários países latino-americanos. Seja na Colômbia, no Equador ou na Bolívia, o Banco Mundial com apoio dos grupos dominantes locais, está promovendo o "fortalecimento da pequena produção" que visa à criação de um estrato de pequenos produtores capitalizados orientados especialmente para o mercado interno.

Nos últimos anos, no Brasil, esta proposta foi em grande parte frustrada, dadas as condições de um regime repressivo não preocupado com uma base social mais ampla de sustentação. Entretanto, nas condições atuais de reorganização política, esta proposta aparece como dominante na esfera governamental. Se esta política for bem sucedida, ela não deixará de ter um impacto importante na diferenciação interna dos pequenos produtores nas regiões atrasadas.

Sem dúvida, a reforma agrária não se apresenta como único caminho para integrar setores de trabalhadores rurais dentro da estrutura de dominação burguesa. O desenvolvimento de sindicatos, a formação de cooperativas, apresentam-se igualmente como opções que o estado poderá se utilizar e de fato já está utilizando. Embora sejam estruturas organizacionais com capacidade limitada de cooptação, no que se refere ao campesinato pauperizado, na medida em que não possuem alguma coisa específica a oferecer a este setor, para o qual os serviços públicos e a legislação social — por exemplo aposentadoria — representam maior potencial de cooptação e controle.

CONCLUSÕES

No momento em que a agricultura se integra como ramo da produção industrial, em que se torna profundamente articulada com outros setores produtivos, em que o monopólio da terra deixa de ser a fonte central do monopólio do poder econômico e político, inclusive na agricultura, perde sentido um programa democrático setorial uma vez que a reforma agrária, como medida isolada não garante que esta fortalecerá a democracia.

A questão agrária na atualidade adquire um caráter muito mais complexo, tanto por sua ligação com o conjunto da dinâmica industrial como pelos diferentes estratos com interesses específicos que conformam a realidade social no campo. Assim, para alguns estratos de trabalhadores, a distribuição de terras ainda é importante, enquanto que para outros o controle público das indústrias produtoras de insumos e maquinárias constitui o problema vital.

A reforma agrária recebe sua base social de sustentação nos pequenos produtores do campo, que constituem ainda o grosso da população rural no Brasil, se bem que parte deles se encontram parcialmente assalariados. Por outro lado, a forma de avançar a luta pela democracia, através da reforma agrária só pode ser conseguida abandonando a noção da reforma agrária como sendo uma medida que o Estado deve "tomar" para se transformar num *instrumento de promoção da organização autônoma dos trabalhadores rurais*, de mobilização e conscientização através da criação de organizações de base, que sustentem tanto a reivindicação específica da reforma agrária, como a luta geral por transformações estruturais no conjunto da estrutura político-econômica.

Não estamos, portanto, argumentando "contra" a reforma agrária, ou tentando mostrar que não existe saídas parciais para os problemas de massas rurais.

O que procuramos mostrar é que uma reforma agrária, dentro do contexto atual, não se apresenta como resposta ao problema do desenvolvimento da agricultura. Uma reforma agrária dentro da ordem burguesa, teria um caráter político-ideológico mais do que econômico. O importante, é compreender que a solução dos problemas dos trabalhadores agrícolas dizem respeito, hoje, ao efetivo avanço do capitalismo do que a seu atraso e, portanto, as soluções para o sub-emprego rural só podem ser encontradas no marco de alternativas para o conjunto do modelo econômico.

O desenvolvimento da empresa agrícola é parte de um processo mais amplo de expansão da indústria de insumos para a agricultura e da indústria processadora de alimentos. Neste quadro fica claro, que uma reforma agrária não atinge somente, como ingenuamente muitos supõem, a um pequeno grupo de privilegiados latifundiários. É o conjunto da estrutura industrial, a qual a agricultura está integrada, que está em questão no caso de uma modificação profunda da estrutura agrária. Uma reforma agrária só seria aceita pelas classes dominantes como uma delicada operação cirúrgica, onde os setores latifundiários mais atrasados seriam imolados no altar de legitimação de sobrevivência do sistema.